

MANUAL DA AUTORIDADE SUPERVISORA NACIONAL PARA A METEOROLOGIA AERONÁUTICA CIVIL

VALIDAÇÃO

	NOME/CARGO	RÚBRICA/DATA
ELABORADO POR:	TERESA FERREIRA / TÉCNICA SUPERIOR	<i>Teresa Ferreira</i> 28-02-2018
	HELENA OLIVEIRA / OBSERVADORA ESPECIALISTA	<i>Helena Oliveira</i> 28/2/2018
APROVADO POR:	MIGUEL SEQUEIRA / DIRETOR	<i>Miguel Sequeira</i> 28-2-2018

REGISTO DE EDIÇÕES/ALTERAÇÕES

EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES
01	28/02/2018	N/A

INTRODUÇÃO

❖ Objetivo

Este manual tem como objetivo dar informações básicas sobre a forma como o Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA) cumpre as suas atribuições, enquanto autoridade supervisora nacional para a prestação do serviço meteorológico (*National Supervisory Authority for Meteorological Service – NSA-MET*). O manual aborda o ambiente legal e a estrutura organizacional em que decorrem as funções relacionadas com a NSA-MET, dando indicação sobre o seguimento do desempenho das atividades da autoridade.

Pretende-se que seja um documento de referência para as partes interessadas, ou seja, o Estado, as outras Autoridades, os setores económicos que têm intervenção relevante na atividade aeronáutica, nomeadamente os prestadores de serviços de navegação aérea (ANSP), a sociedade em geral e, em particular, os cidadãos que utilizam o transporte aéreo.

Do mesmo modo, este manual providencia alguma orientação para os elementos da equipa da NSA atuais e futuros, com o fim proporcionar a melhor compreensão sobre os diferentes aspetos do seu trabalho diário.

❖ Âmbito

O contexto em que a NSA opera, tem como referência o quadro jurídico europeu e português.

O Manual da NSA estabelece os termos fundamentais do modo de atuação da autoridade, destinando-se aos trabalhadores do GAMA, mas também a outras partes interessadas (*stakeholders*).

Por outro lado, este manual contém material de orientação para os que executam as atividades de inspeção técnica, doravante designados por inspetores, a quem são confiadas responsabilidades fundamentais, no que se refere aos processos de supervisão e de supervisão de segurança operacional estabelecidos, nos termos estabelecidos.

Espera-se também que este documento contribua para que os inspetores melhorem a sua capacidade de elaboração de boas decisões, nas questões em que não é possível serem dadas orientações específicas.

❖ Destinatários

Segue-se uma lista não exaustiva e não ordenada dos potenciais destinatários da informação contida neste manual:

- O corpo técnico do GAMA;
- Entidades públicas envolvidas em responsabilidades associadas;
- Outras autoridades (ANAC, AAN, NSA-MET de Espanha);
- Prestadores de serviços de navegação aérea;
- Operadores aeroportuários;
- Operadores de linha aérea;
- Entidades responsáveis pelo serviço de informação de voo de aeródromo (AFIS),
- Outros utilizadores do espaço aéreo;
- Força Aérea Portuguesa, enquanto fornecedora do serviço meteorológico nos aeródromos militares com uso civil permanente pelo tráfego aéreo geral;
- Comissão Europeia;
- EUROCONTROL;
- EASA;
- ICAO e WMO.

❖ Manutenção

Este manual será revisto e atualizado anualmente, ou sempre que ocorram alterações que justifiquem uma nova edição.

O documento de referência, na sua edição válida, é o que se encontra disponibilizado na página da internet do GAMA, reproduzindo digitalmente uma edição em papel, assinada e datada, de que é fiel depositário o Diretor do GAMA.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO NACIONAL	1
1.1. Regulamentação da Aviação Civil Internacional – Convenção de Chicago	1
1.2. Regulamentação do céu único europeu.....	1
1.3. Bloco Funcional do Espaço Aéreo – SW FAB	3
1.4. A Autoridade Supervisora Nacional para a Meteorologia Aeronáutica Civil	5
1.5. Relações com outras entidades.....	7
CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DA AUTORIDADE SUPERVISORA E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	8
2.1. Missão e atribuições.....	8
2.2. Visão e estratégia	9
2.3. Política da Autoridade	9
CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DA AUTORIDADE	12
3.1. Organograma	12
CAPÍTULO 4 - PROCESSOS, ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES.....	13
4.1. Processos e atividades.....	13
4.1.1. Processo de Gestão	13
4.1.2. Processo de Certificação	14
4.1.3. Processo de Supervisão.....	15
4.1.4. Processo de Administração de Recursos Humanos	16
4.1.5. Processo de Apoio Administrativo e Jurídico.....	17
4.1.6. Processo de Administração de Infraestruturas.....	18
4.2. Responsabilidades pelos processos e atividades	19
4.2.1. O Diretor do GAMA	19
4.2.2. O Chefe da Equipa de Inspeção.....	21
4.2.3. Os trabalhadores do GAMA com funções inspetivas - Inspetores	23
ANEXO I – Representação dos processos.....	25
ANEXO II – Documentação de referência	33
ANEXO III – Acrónimos, siglas e endereços na internet.....	39

(deixada intencionalmente em branco)

CAPÍTULO 1

CONTEXTO NACIONAL

1.1. Regulamentação da Aviação Civil Internacional – Convenção de Chicago

Portugal assinou a Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, conhecida como Convenção de Chicago, que prevê, de entre outras matérias, o fornecimento de serviços de meteorologia à navegação aérea.

Nos termos da referida Convenção cada Estado contratante deve possuir as suas próprias normas e regulamentos sobre o seu território e adotar as normas e procedimentos Internacionais, Regionais e Nacionais de modo a garantir o mais elevado grau de uniformidade de normas, regulamentos, procedimentos e organização.

As normas e as boas práticas emanadas pela ICAO, no domínio da meteorologia aeronáutica, encontram-se estabelecidas no Anexo 3 da referida Convenção.

Cada Estado deve assim:

- designar uma Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica que tome as providências no sentido de garantir que são cumpridas todas as normas e procedimentos no que concerne à prestação do serviço meteorológico para a aviação civil internacional;
- assegurar que a Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica cumpre com as normas e procedimentos da Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, respeitando as qualificações, formação e experiência exigidas internacionalmente aos colaboradores que prestem serviço no âmbito da meteorologia aeronáutica;
- garantir que a Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica regula, supervisiona e fiscaliza o cumprimento de todas as normas e procedimentos, implementando um sistema de qualidade que verifique os processos e os recursos envolvidos, no domínio da meteorologia aeronáutica, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados.

1.2. Regulamentação do céu único europeu

O objetivo da iniciativa do céu único europeu é melhorar os padrões de segurança atuais, contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema de transporte aéreo, melhorar o

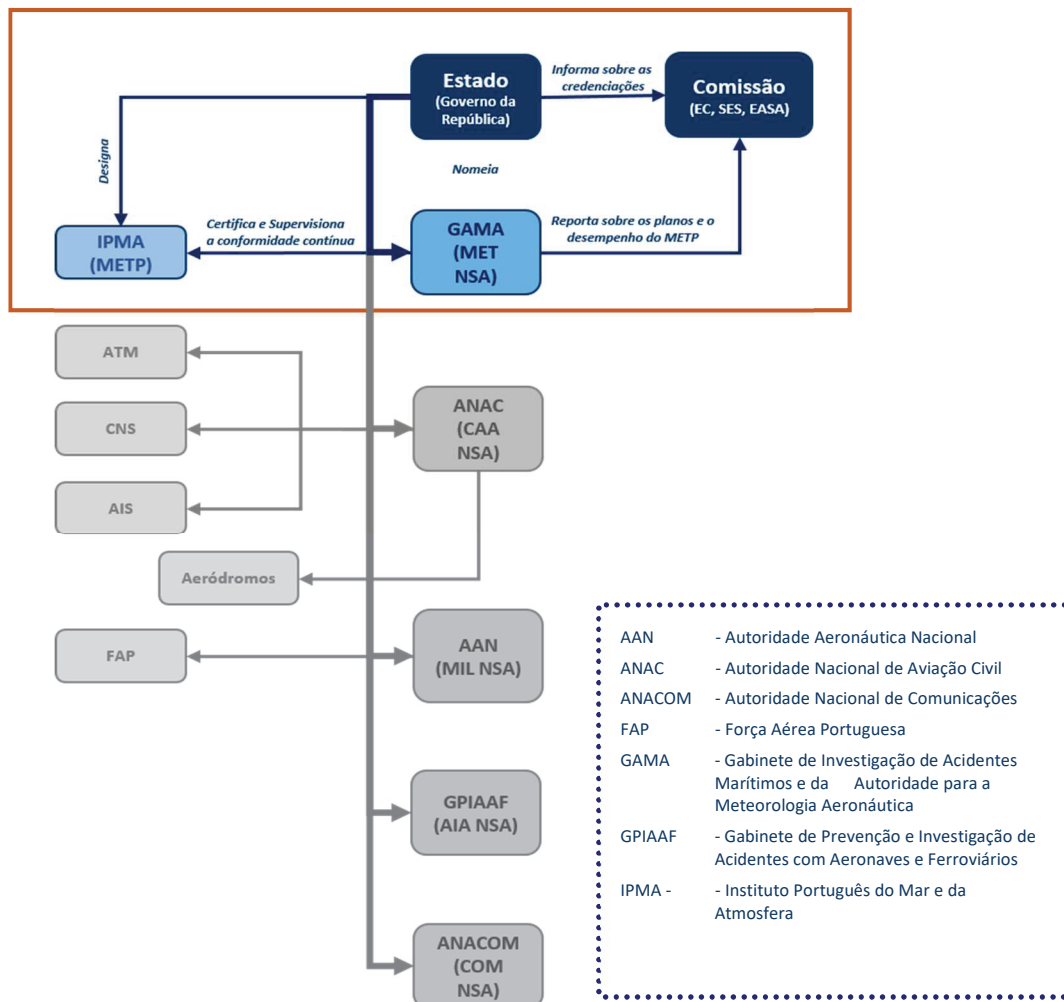
desempenho geral da gestão de tráfego aéreo (ATM) e serviços de navegação aérea (ANS), no que se refere ao tráfego aéreo geral na Europa, visando atender aos requisitos de todos os utilizadores do espaço aéreo.

Para este efeito, foi estabelecido um conjunto de regulamentos:

- Regulamento (CE) n.º 1070/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 outubro pelo qual se alteram os Regulamentos (CE) n.º 549/2004, n.º 550/2004, n.º 551/2004 e n.º 552/2004, a fim de melhorar o desempenho e a sustentabilidade do sistema europeu de aviação:
 - o Regulamento (CE) n.º 549/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2004, que estabelece o quadro para a realização do céu único Europeu (regulamento-quadro);
 - o Regulamento (CE) n.º 550/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 março de 2004, relativo à prestação de serviços de navegação aérea no céu único europeu (regulamento relativo à prestação de serviços);
 - o Regulamento (CE) n.º 551/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2004, relativo à organização e utilização do espaço aéreo no céu único europeu (regulamento relativo ao espaço aéreo);
 - o Regulamento (CE) n.º 552/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2004, relativo à interoperabilidade da rede europeia de gestão do tráfego aéreo (regulamento relativo à interoperabilidade);
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1034/2011 da Comissão, de 17 de outubro de 2011, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1035/2011 da Comissão, de 17 de outubro de 2011, pelo qual são estabelecidos requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 390/2013 da Comissão, de 3 de maio de 2013, que estabelece um sistema de desempenho para serviços de navegação aérea e as funções da rede;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013 da Comissão, de 3 de maio de 2013, pelo qual é estabelecido um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea.

O Regulamento (CE) n.º 1070/2009 estabelece que os Estados-Membros designam ou criam conjunta ou individualmente, como respetiva autoridade supervisora nacional, um ou mais

organismos que assumam as funções atribuídas a essa autoridade, de acordo com os regulamentos atrás referidos.

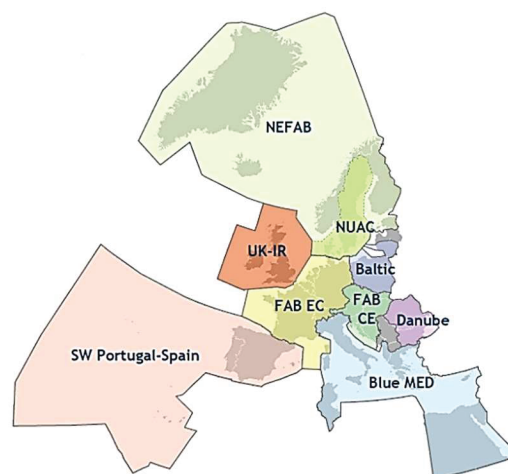


1.3. Bloco Funcional de Espaço Aéreo – SW FAB

Cada vez que uma aeronave entra no espaço aéreo de um outro país, é servida por prestadores de serviços de navegação aérea diferentes, de acordo com regras e requisitos operacionais potencialmente diferentes. Esta fragmentação afeta a segurança, limita a capacidade e, finalmente, aumenta o custo dos voos. Considera-se que os atrasos na Europa são em parte devidos a essa fragmentação, pelo que é desejável que seja feito um esforço para os eliminar. Assim nasceram os Blocos Funcionais de Espaço Aéreo (*Functional Airspace Block - FAB*).

FAB - Bloco Funcional de Espaço Aéreo - define-se como um bloco de espaço aéreo baseado em requisitos operacionais e estabelecido independentemente das fronteiras nacionais, em que a prestação de serviços de navegação aérea e as funções conexas são orientadas para o desempenho e otimizadas tendo em vista introduzir, em cada bloco funcional de espaço aéreo, uma cooperação reforçada entre os prestadores de serviços de navegação aérea ou, se apropriado, um prestador de serviços integrado.

Reduzir o número de porções de espaço aéreo existentes na Europa e substituí-las por FAB até ao final do ano de 2012, constituiu um dos principais objetivos da política do Céu Único Europeu. Foi no âmbito deste objetivo que se implementou o conceito de gestão do tráfego aéreo de forma integrada, unindo diversas partes de espaço aéreo nacional em blocos mais amplos e constituindo-se num desafio de cooperação entre Estados.



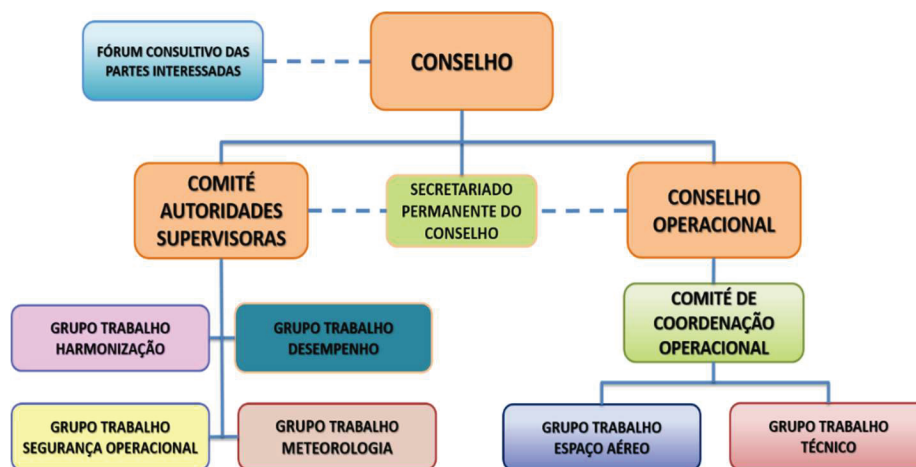
Portugal e Espanha são responsáveis pela SW FAB.

O ano de 2012 foi um ano de atividades preparatórias para o estabelecimento do bloco funcional de espaço aéreo europeu do Sudoeste (SW FAB), que contém uma parte do espaço sob jurisdição de Portugal. A consolidação do bloco funcional SWFAB aconteceu no ano seguinte.

No âmbito dos acordos estabelecidos, definidas as condições gerais e os órgãos de governança, os governos designaram os seus representantes, entre entidades civis e militares, para 3 níveis de gestão:

- Conselho SW FAB para o estabelecimento da Política Institucional;
- Comité de Autoridades Supervisoras (SAC) para assegurar a supervisão;
- Conselho Operacional (OB) com a responsabilidade pela prestação de serviços.

O SAC está organizado em 4 grupos de trabalho e *task forces* estruturados para executar o seu programa de trabalho.



O GAMA, na qualidade de autoridade supervisora para o serviço meteorológico, integra o Comité das Autoridades Supervisoras, que reúne duas vezes por ano, estabelecendo a programação das atividades e fazendo a monitorização das ações em curso.

No âmbito do Grupo de Trabalho de Meteorologia, para além de outras atividades, cada uma das autoridades de Portugal e Espanha participa no programa anual de supervisão da outra autoridade, como observadora, levando à prática a homogeneização dos procedimentos e promovendo um intercâmbio de experiências, que se constitui numa inestimável oportunidade de aprendizagem/melhoria.

1.4. A Autoridade Supervisora Nacional para a Meteorologia Aeronáutica Civil

A primeira alusão clara à figura da autoridade meteorológica, expressa no quadro legal, é feita no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 220/2003, de 20 de setembro, no artigo 2.º, sendo que no n.º 3 se diz que o *Instituto de Meteorologia é a autoridade meteorológica nacional para fins aeronáuticos*.

No artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 157/2007, de 27 de abril, *que aprova a nova orgânica do Instituto de Meteorologia, I. P. (IM, I. P.)*, diz-se que o IM, I. P., é, ainda, a autoridade nacional do domínio da meteorologia para fins aeronáuticos, até à entrada em funcionamento da nova Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica. À data da reestruturação do IM, I.P. ocorreu também uma reestruturação do Instituto Nacional de Aviação Civil, pelo Decreto-Lei n.º

145/2007, de 27 de abril, e que excluía do âmbito das suas atribuições de autoridade supervisora, a *matéria relativa à meteorologia para navegação aérea*.

Entretanto, em 2006, já o IM tinha estabelecido um projeto de identificação e estruturação da prestação de informação meteorológica para apoio às atividades de aeronáutica, nos termos da regulamentação europeia.

Nos mesmos termos, no uso das suas atribuições, o Conselho Diretivo do IM, criou o *centro de actividades para apoio e suporte ao conselho directivo do IM, I.P., enquanto autoridade para a meteorologia aeronáutica, denominado GAMA*, pelo Despacho nº 18890, publicado no Diário da República n.º 157 – 2ª série, de 14 de agosto de 2009. Esta decisão visou garantir que a prestação de serviço MET e a entidade supervisora estavam separadas *pelo menos a nível funcional*, como exigido pela regulamentação europeia do céu único.

Em 12 de abril, pela Lei n.º 28/2013, foram conferidos à Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN), na pessoa do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, os poderes da autoridade do Estado no espaço estratégico de interesse nacional permanente, na observância das orientações definidas pelo Ministro da Defesa Nacional. De acordo com o artigo 7.º, alínea d), compete-lhe *regular a gestão do tráfego aéreo e os serviços de navegação aérea, ao nível militar, e definir as regras de operação no espaço aéreo para as aeronaves militares, efetuando a respetiva inspeção e supervisão*.

Atendendo a que a Força Aérea assegura a prestação de informação meteorológica ao tráfego aéreo geral civil em dois aeródromos militares (Beja e Lajes), foi estabelecido (em 2015) um protocolo com a AAN, para definir o modo mais adequado à supervisão deste serviço, cuja responsabilidade é atribuída ao GAMA.

Em 2014, foi conferida a missão de *assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da regulamentação do Céu Único Europeu, garantir o cumprimento das normas e recomendações que decorrem da ratificação da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, das normas e procedimentos emanados da Organização Meteorológica Mundial, no âmbito da meteorologia aeronáutica*, ao Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica, abreviadamente designado por GAMA, pelo Decreto-Lei n.º 18 de 4 de fevereiro (artigo 21.º).

A 14 de outubro de 2015 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 236/2015, que, *seguindo o espírito subjacente ao esforço de racionalização decorrente do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)*, criou o GAMA e em simultâneo alterou a redação do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março, excepcionando no ponto 2 o papel de autoridade para a meteorologia aeronáutica civil.

O GAMA é a autoridade supervisora nacional em matéria de meteorologia aeronáutica, para efeitos do disposto no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 549/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2004, que estabelece o quadro para a realização do céu único europeu, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1070/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009.

1.5. Relações com outras entidades

No âmbito da Convenção de Chicago o Estado Português obriga-se a implementar as medidas necessárias a uma aviação segura, regular, eficaz e eficiente, correspondendo à evolução do nível de complexidade do sistema global de transporte aéreo. O GAMA é parte integrante do "sistema de aviação civil do Estado" em Portugal, que inclui outras autoridades responsáveis pela segurança da aviação e, nomeadamente, pelo Programa Nacional de Segurança Operacional (*State Safety Program – SSP*), nas suas várias componentes.

O GAMA estabeleceu entendimentos formais e documentados, que permitem harmonizar o desempenho de cada uma das entidades com quem são partilhadas atribuições, para garantir que não há lacunas de responsabilidade. Foram assinados acordos com a ANAC e com a AAN, que preveem a existência de mecanismos de revisão sistemática com vista a garantir que o que foi estabelecido permanece adequado à realidade.

Num futuro próximo o GAMA pretende ampliar o espaço de colaboração para incluir outras entidades, bem como estabelecer formas de consulta mais regulares e documentadas para ir ao encontro dos interesses do Estado, dos agentes económicos e dos cidadãos.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA DA AUTORIDADE SUPERVISORA E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Missão e atribuições

Conforme estipulado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, o GAMA tem a missão, enquanto autoridade supervisora nacional, de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da regulamentação do céu único europeu, garantir o cumprimento das normas e recomendações que decorrem da ratificação da Convenção sobre Aviação Civil Internacional e das normas e procedimentos emanados da Organização Meteorológica Mundial, no âmbito da meteorologia aeronáutica.

Na qualidade de autoridade supervisora nacional em matéria de meteorologia aeronáutica civil, compete ao GAMA:

- a) *Contribuir para a segurança, regularidade e eficiência da aviação civil, supervisionando e inspecionando as organizações, as atividades, os equipamentos e as instalações do setor da meteorologia aeronáutica civil, assegurando o cumprimento das normas internacionais e europeias aplicáveis;*
- b) *Certificar os procedimentos, as organizações, os serviços, as infraestruturas, os equipamentos, os sistemas e demais meios afetos à prestação de serviços de meteorologia à aviação civil e as condições de prestação de serviços de meteorologia aeronáutica civil;*
- c) *Instaurar e instruir os processos de contraordenação resultantes da violação das disposições legais e regulamentares em matéria de meteorologia aeronáutica civil, bem como aplicar as respetivas sanções;*
- d) *Cooperar com as demais entidades públicas em matéria de meteorologia aeronáutica, produzindo e prestando informação ao Governo e ao público na área da meteorologia aeronáutica civil;*
- e) *Assegurar a representação técnica do Estado português nos organismos europeus e internacionais na área da meteorologia aeronáutica civil;*
- f) *Elaborar o relatório anual de supervisão da segurança operacional, na área da meteorologia aeronáutica civil, incluído no relatório anual do Estado enviado à Comissão*

Europeia, conforme previsto no artigo 15.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 1034/2011, da Comissão, de 17 de outubro de 2011;

- g) *Comunicar à Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) as ocorrências que possam determinar a suspensão ou o cancelamento das autorizações e certificações concedidas, nos termos previstos nos regimes aplicáveis, bem como a cessação de atividades ou o encerramento de instalações, até que deixe de se verificar a situação de incumprimento que motivou tal cessação ou encerramento.*

2.2. Visão e estratégia

O GAMA pretende assegurar, desenvolver e reforçar o serviço público junto da sociedade e das organizações nacionais e internacionais, melhorar os procedimentos internos de gestão e os protocolos de cooperação com outras entidades públicas, com o mais alto nível de independência, isenção, excelência, rigor e responsabilidade exigidos.

As atribuições do GAMA, pelo elevado nível de especialização associado às funções técnico-científicas do seu corpo técnico, requerem um esforço contínuo de aprendizagem e atualização, iniciativa e autonomia.

2.3. Política da Autoridade

O GAMA, enquanto autoridade supervisora para a meteorologia aeronáutica, atua de modo imparcial, valorizando o reconhecimento dessa atuação pelas partes interessadas:

- Correspondendo aos princípios éticos pelos quais se devem reger as instituições de carácter público. O GAMA estabelece e implementa um código de ética e de conduta visando cumprir a carta ética da administração pública portuguesa;
- Criando os mecanismos que monitorizem e impeçam o desenvolvimento ou aceitação de práticas eticamente inadequadas;
- Consultando regularmente, dialogando e orientando as organizações com interesses nas áreas das suas atribuições;
- Promovendo e mantendo a confiança e a expectativa das partes interessadas.

Internamente o GAMA pauta-se por:

- Cultura de trabalho em equipa, de aperfeiçoamento do desempenho e de capacitação dos recursos humanos;

- Rigoroso estabelecimento dos recursos tangíveis e intangíveis estritamente necessários aos seus fins;
- Linhas claras de orientação para os técnicos com funções de inspeção;
- Estabelecimento de objetivos claros e mensuráveis;
- Medição, monitorização e avaliação aberta e transparente do seu desempenho.

No âmbito do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), o GAMA aplica o subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1).

A avaliação de desempenho do GAMA assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) anual, sujeito a avaliação permanente e atualizada a partir dos seus sistemas de informação, onde se evidenciam:

- A missão do GAMA;
- Os objetivos estratégicos plurianuais determinados superiormente;
- Os objetivos anualmente fixados e hierarquizados;
- Os indicadores de desempenho e respetivas fontes de verificação;
- Os meios disponíveis, sinteticamente referidos;
- O grau de realização de resultados obtidos na prossecução de objetivos;
- A identificação dos desvios e, sinteticamente, as respetivas causas;
- A avaliação final do desempenho do GAMA.

O QUAR do GAMA reproduz os níveis de eficácia, eficiência e qualidade pretendidos para o seu desempenho. Anualmente é elaborado um Plano de Atividades compatível e alinhado com o atingimento dos objetivos do QUAR.

A monitorização do QUAR é um mecanismo de apoio à tomada de decisão, essencial para identificar fragilidades e permitir antecipar futuros constrangimentos. Em resultado do seguimento intermédio dos indicadores do QUAR pode ocorrer uma adequação/revisão justificada dos objetivos.

Anualmente é ainda elaborado um relatório de atividades, com a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados.

Esse relatório anual inclui a autoavaliação do GAMA acompanhada de informação sobre:

- a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços

prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos;

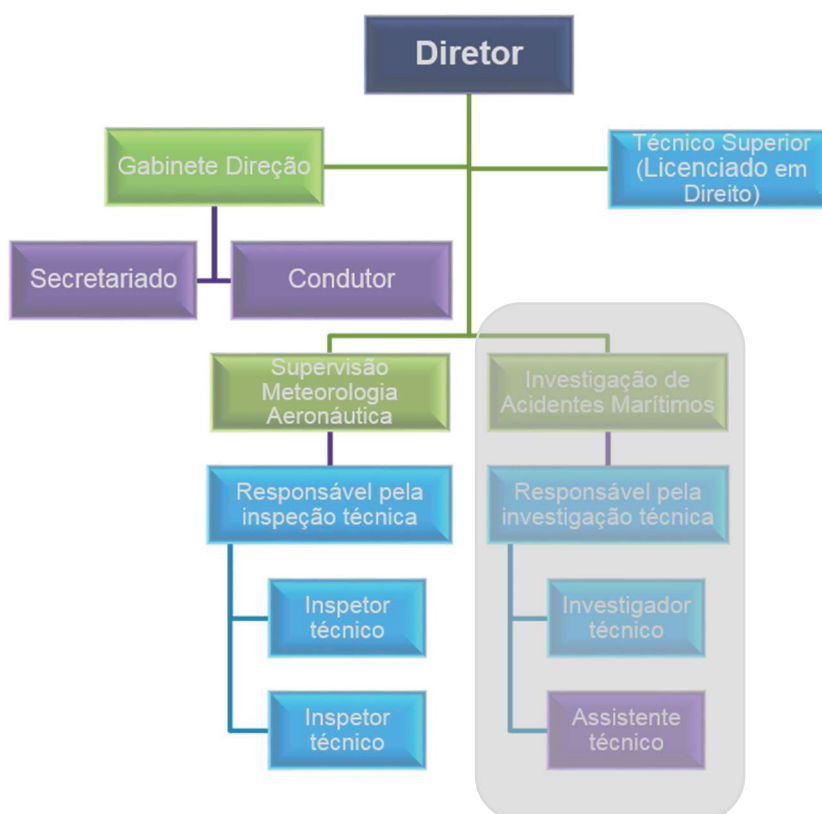
- a avaliação do sistema de controlo interno;
- causas de incumprimento de ações ou de resultados insuficientes;
- medidas a tomar para um reforço positivo do desempenho, evidenciando as condicionantes que afetaram os resultados alcançados.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA DA AUTORIDADE

O GAMA é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem jurisdição em todo o território nacional e no espaço aéreo (...) sujeito à soberania ou jurisdição do Estado português, dirigido por um diretor, cargo de direção superior de 1.º grau, com um modelo misto de estrutura matricial, podendo ser constituídas até duas equipas multidisciplinares, cujos chefes são equiparados a cargos de direção média de 2.º grau.

3.1. Organigrama



CAPÍTULO 4

PROCESSOS, ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1. Processos e atividades

4.1.1. Processo de Gestão

O **objetivo do processo** é garantir que estão reunidas as condições e são disponibilizados os meios/recursos para a realização das atribuições do GAMA.

Para a **monitorização do processo** são critérios de bom desempenho:

- a boa adequação da estrutura organizacional, das competências, das responsabilidades, dos métodos de trabalho, da documentação expressos na revisão sistemática ou eventual do manual da autoridade supervisora, para corresponder ao contexto externo ou interno do GAMA e aos desafios que lhe são apresentados;
- o cumprimento do planeamento em termos dos objetivos das atividades e dos resultados esperados;
- a rigorosa execução do orçamento do GAMA, promovendo a eficiência e a qualidade da sua atuação;
- a boa informação que sustenta a intervenção da gestão sempre que ocorrem desvios relativamente ao esperado;
- a boa gestão do património de conhecimento, das qualificações, habilidades e competências exigíveis e resultantes das atividades desenvolvidas, como garante de que, sendo as pessoas o capital mais valioso do GAMA, o resultado do seu trabalho terá continuidade e evolução, ligando de forma consistente e rigorosa *o ontem e o amanhã*.

O processo **decorre nos termos** estabelecidos pela legislação portuguesa para as entidades públicas, nomeadamente:

- ✓ a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que estabelece os princípios e as regras orçamentais aplicáveis ao setor da administração pública, as regras de execução, de fiscalização, de controlo e de auditoria orçamental e financeira;
- ✓ a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública;

- ✓ a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que estabelece as condições gerais do trabalho em funções públicas.

Constituem informação documentada resultante do processo:

- ✓ proposta do GAMA, a enquadrar na estrutura regular de constituição do Orçamento do Estado;
- ✓ Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR);
- ✓ Plano Anual de Atividades;
- ✓ Mapa de Pessoal Anual;
- ✓ Plano de Formação Anual;
- ✓ Relatório intercalar de acompanhamento do QUAR;
- ✓ Relatório Anual de Atividades.

Considerando que as atividades de gestão são determinantes para a organização, o processo de gestão relaciona-se com todos os outros processos, quer por assegurar os recursos necessários ao seu funcionamento, quer por assumir a responsabilidade maior pelos resultados finais e enquadrados do seu desempenho.

4.1.2. Processo de Certificação

O **objetivo do processo** é dar garantia de que as atividades/entidades cumprem com os requisitos de certificação aplicáveis.

Para a **monitorização do processo** são critérios de bom desempenho:

- o cumprimento dos prazos estabelecidos nos procedimentos aplicáveis;
- o bom planeamento e execução das despesas associadas;
- a qualidade e relevância da informação documentada, conservada após encerramento do processo administrativo.

O processo de certificação **decorre de acordo com** o que é estabelecido nos **procedimentos**:

- ✓ AMA.04 – CERTIFICAÇÃO DE UM PRESTADOR DE SERVIÇOS METEOROLÓGICOS À NAVEGAÇÃO AÉREA (METP);
- ✓ AMA.05 – EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO VINCULATIVO PARA A CERTIFICAÇÃO DE AERÓDROMOS (Serviços, Instalações, Equipamentos e Informação Meteorológica).

O processo de certificação **dá origem** a um Certificado de Conformidade com os requisitos da certificação.

Durante a realização das atividades do processo são ainda elaborados:

- ✓ um plano de ação com a previsão das atividades de avaliação da conformidade pelo GAMA;
- ✓ um Relatório de Auditoria que avalia o modo como são cumpridos os requisitos de conformidade e sustenta e documenta os incumprimentos encontrados durante as atividades de avaliação (Auditoria Documental e Visitas de Auditoria);
- ✓ um Relatório de Certificação que enquadra a informação recolhida durante a avaliação, a capacidade de resolver os incumprimentos, de manter a conformidade e de detetar situações de inconformidade. Este relatório sustenta a decisão de emitir ou recusar a certificação pedida.

O processo de certificação é **ponto de partida** para as atividades do processo de supervisão, cuja finalidade é garantir o cumprimento contínuo das condições (requisitos) da certificação. Por outro lado, a deteção de incumprimentos comprometedores da segurança **pode dar origem** à suspensão ou cancelamento da certificação concedida.

4.1.3. Processo de Supervisão

O **objetivo do processo** é dar garantia do cumprimento continuado pelas entidades reconhecidas dos requisitos aplicáveis às atividades/entidades sob supervisão do GAMA.

Para a **monitorização do processo**, são critérios de bom desempenho:

- a deteção atempada de situações em que as atividades supervisionadas possam por em causa a segurança operacional;
- o bom cumprimento de um planeamento efetuado com rigor;
- a boa elaboração, organização e preservação da documentação que resulta da avaliação das atividades/entidades (monitorização de resultados e visitas) e do seguimento das ações corretivas em curso, incluindo o registo do seu encerramento com ou sem sucesso;
- o bom estabelecimento das ações que demonstrem resolver eficazmente os incumprimentos detetados (com rigor e em tempo).

O processo de supervisão **decorre de acordo com** o que é estabelecido nos **procedimentos**:

- ✓ AMA.01 – SUPERVISÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS METEOROLÓGICOS À NAVEGAÇÃO AÉREA (METP);
- ✓ AMA.03 – EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS;
- ✓ AMA.05 – EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO VINCULATIVO PARA A CERTIFICAÇÃO DE AERÓDROMOS (Serviços, Instalações, Equipamentos e Informação Meteorológica);
- ✓ AMA.06 – NOTIFICAÇÃO E SUPERVISÃO DA SEGURANÇA OPERACIONAL DAS ALTERAÇÕES AOS SISTEMAS FUNCIONAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS METEOROLÓGICOS (METP);
- ✓ AMA.07 – EMISSÃO DE DIRETIVAS DE SEGURANÇA.

Das atividades do processo de supervisão, além de registos de caráter intermédio, **resulta** a informação documentada sobre:

- ✓ os incumprimentos dos requisitos aplicáveis, registada sob a forma de “não conformidades”, devidamente sustentada nas evidências recolhidas quer nas visitas de avaliação direta *in loco*, quer nas atividades de controlo dos resultados da operação das entidades supervisionadas;
- ✓ as ações definidas para corrigir os incumprimentos;
- ✓ o estado de implementação das ações definidas;
- ✓ o encerramento das ações corretivas implementadas, evidenciando a sua eficácia ou ineficácia, neste caso acompanhada de documentação que ateste a manutenção do incumprimento e estabeleça novo compromisso de resolução;
- ✓ a restrição à operação imposta pelo GAMA quando esteja em causa a segurança operacional (diretivas de segurança);
- ✓ a avaliação global das atividades anuais de supervisão do GAMA, incluindo a análise de risco para a segurança operacional.

O processo de supervisão é o garante de que as atividades/entidades certificadas continuam a cumprir os requisitos que estão na origem da certificação. Ao mesmo tempo fornece a informação que permite eventualmente manter, suspender ou cancelar a certificação de uma atividade/entidade, estando, portanto, estritamente **relacionado** com o processo de certificação.

4.1.4. Processo de Administração de Recursos Humanos

O **objetivo do processo** é garantir a existência continuada das competências necessárias à realização das atribuições do GAMA e a sua evidenciação.

Para a **monitorização do processo**, são critérios de bom desempenho:

- o preenchimento do mapa de pessoal aprovado anualmente;
- a boa execução da formação e treino planeados;
- a eficácia das ações avaliadas;
- o bom desempenho técnico da equipa de inspeção;
- a boa gestão da informação documentada que evidencia as competências dos inspetores.

O processo de administração de recursos humanos **decorre de acordo com** o que é estabelecido nos **procedimentos**:

- ✓ GAMA.01 – RECRUTAMENTO DO PESSOAL TÉCNICO DO GAMA e
- ✓ AMA.08 – GESTÃO DO PESSOAL TÉCNICO COM FUNÇÕES INSPETIVAS.

Além de toda a documentação prevista para os trabalhadores, organizada no processo individual, a gestão dos recursos humanos do GAMA afetos à Inspeção Técnica constitui-se em informação documentada **resultante** do processo:

- ✓ os registos das competências de ingresso nas funções;
- ✓ as avaliações de desempenho técnico do pessoal de inspeção;
- ✓ o planeamento, a realização e a avaliação das ações definidas para garantir as competências necessárias, ainda que de forma simplificada;
- ✓ todas as informações que possam contribuir para evidenciar a aquisição, a manutenção e o reconhecimento das competências necessárias.

O processo de administração de recursos humanos **recebe informação** sobre o desempenho técnico nas atividades dos processos de certificação e supervisão, está relevantemente **relacionado** com a gestão de todas as atividades técnicas e **gera a informação** sobre o conhecimento que tem de ser preservado, como garante do sucesso do GAMA. Considera-se ainda a importância da preservação dos registos de competência que faz parte do registo individual dos trabalhadores, cuja responsabilidade **se enquadra** no processo de apoio administrativo e jurídico.

4.1.5. Processo de Apoio Administrativo e Jurídico

O **objetivo do processo** é garantir que o GAMA dispõe do suporte administrativo e jurídico necessário à execução do seu orçamento, à administração do seu pessoal e à existência dos

mecanismos necessários à implementação do quadro legal e regulamentar, em que o GAMA exerce as suas atribuições.

Para a **monitorização do processo**, são critérios de bom desempenho:

- a boa execução do orçamento anual atribuído;
- a manutenção em boas condições dos registos inerentes aos trabalhadores do GAMA;
- a inexistência de lacunas de decisão e responsabilidade, no que se refere ao quadro legal e regulamentar aplicável;
- a existência da documentação de referência adequada para uso dos inspetores do GAMA;
- a administração atempada e rigorosa dos processos de contraordenação.

O processo **decorre baseado** nas disposições legais aplicáveis ao GAMA, enquanto entidade pública, nomeadamente no cumprimento do Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro, e do mapa de pessoal aprovado.

Do processo **resultam**:

- ✓ os processos individuais (registos) devidamente mantidos;
- ✓ a documentação que atesta o cumprimento do orçamento atribuído ao GAMA;
- ✓ as propostas de legislação, compatíveis e necessárias para a implementação de novos requisitos;
- ✓ a documentação de orientação da ação dos inspetores do GAMA e das entidades/atividades supervisionadas.

4.1.6. Processo de Administração de Infraestruturas

O **objetivo do processo** é garantir que existe e está em condições de ser bem utilizada toda a infraestrutura necessária ao GAMA, incluindo as instalações, os equipamentos, o mobiliário e o ambiente de trabalho mais adequado.

Para a **monitorização do processo**, são critérios de bom desempenho:

- o cumprimento com sucesso dos programas de manutenção de instalações e equipamentos que são utilizados pelo GAMA, incluindo os que são propriedade de outras entidades;
- o cumprimento dos prazos estabelecidos para a manutenção da infraestrutura;

- a preservação da informação documentada que atesta a realização das atividades de manutenção.

A execução das atividades de aquisição/preservação da infraestrutura necessária à realização das atribuições do GAMA, **decorre de acordo com** o que está estabelecido para as entidades públicas.

Da informação documentada que **atesta a realização das atividades** do processo são preservados:

- ✓ o registo das infraestruturas;
- ✓ os planos de manutenção das infraestruturas;
- ✓ os relatórios de execução do planeamento e/ou das aquisições de bens e serviços realizadas.

A interação **mais relevante** deste processo é com o processo de Gestão, ainda que se deva referir que as aquisições realizadas **recebem e produzem informação** para o processo de Apoio Administrativo e Jurídico.

4.2. Responsabilidades pelos processos e atividades

4.2.1. O Diretor do GAMA

O Diretor do GAMA, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 236/2015, os compromissos do Estado Português decorrentes da Convenção de Chicago e dos Tratados da União Europeia, bem como da legislação portuguesa aplicável e dos procedimentos aprovados, é o responsável direto pelos processos de Gestão, de Certificação, de Apoio Administrativo e Jurídico e de Administração de Infraestruturas, ainda que algumas das atividades possam decorrer com participação e responsabilidade individual de outros intervenientes (Direção Geral da Política do Mar - DGPM, Chefe da Equipa de Inspeção, Chefe da Equipa de Certificação, Auditor Coordenador, Inspetores).

Compete-lhe ainda a responsabilidade global pelo desempenho do GAMA, pelo que o Diretor decide sobre o acompanhamento de indicadores dos processos e as ações que considerar relevantes, para cumprimento do que está estabelecido no quadro legal e regulamentar aplicável ao GAMA.

No processo de Gestão, o Diretor:

- promove a constante adequação do manual da autoridade, enquanto explicitação dos princípios, das políticas, das práticas, da estrutura e das responsabilidades no GAMA;

- garante o planeamento estratégico sustentado na análise do contexto do GAMA, das necessidades e expectativas das partes interessadas, bem como na consideração dos fatores políticos, económicos, sociais, tecnológicos e legais que podem ter influência no cumprimento da missão;
- monitoriza o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais, estabelecendo os mecanismos de controlo orçamental e funcional previstos para as entidades da administração pública portuguesa.

No processo de Certificação, o Diretor:

- recebe o pedido do candidato à certificação e atribui a responsabilidade de verificação de que constam dele todos os elementos necessários à elaboração de um processo administrativo;
- nomeia o Chefe e a Equipa de Certificação e de Auditoria, aprova o plano de ação proposto e providencia os recursos necessários à sua realização;
- decide sobre a emissão do certificado solicitado ou, na impossibilidade de o emitir, o fecho do processo e a comunicação ao interessado.

No processo de Supervisão, o Diretor:

- aprova o planeamento anual e o estabelecimento ou revisão do planeamento plurianual, proposto pelo Chefe da Equipa de Inspeção, providenciando os recursos necessários à sua implementação;
- na sequência de reiterados incumprimentos, por proposta do Chefe de equipa de Inspeção, inicia e decide sobre os processos de contraordenação que sejam instaurados e aplica as correspondentes sanções.

No processo de Administração de Recursos Humanos, o Diretor:

- desenvolve as diligências necessárias para o recrutamento de trabalhadores para as funções inspetivas, considerando o mapa de pessoal do GAMA aprovado;
- aprova o plano anual de formação dos inspetores, proposto pelo Chefe da Equipa de Inspeção, e providencia os recursos que o viabilizem;
- garante que os registos que evidenciam as qualificações dos inspetores são conservados no processo individual de trabalhador, no âmbito das atribuições da Direção Geral da Política do Mar.

No processo de Apoio Administrativo e Jurídico, o Diretor:

- assegura que as atividades de execução orçamental e relativas à documentação dos processos individuais dos colaboradores decorrem nos termos previstos, considerando as responsabilidades atribuídas à Direção Geral da Política do Mar pelo Decreto-Lei n.º 236/2015;
- orienta e coordena a informação ao Governo, no sentido de garantir a adequação do quadro legal e regulamentar às necessidades expressas pelas partes interessadas internacional e nacionalmente;
- aprova a informação documentada que constitui o material de orientação distribuído aos inspetores, na sequência de alterações ao quadro legal e regulamentar, para apoio à realização das atividades (os procedimentos, os manuais, as circulares, os guias e outros);
- determina a instauração dos processos que visem punir ou prevenir a prática de infrações às normas cujo cumprimento esteja sob supervisão do GAMA, competindo-lhe iniciar e decidir os processos de contraordenação da competência do GAMA e aplicar as correspondentes sanções.

No processo de Administração de Infraestruturas, o Diretor:

- promove a inventariação das infraestruturas (instalações e mobiliário, equipamentos de informática e telecomunicações, etc.) necessárias ao bom desempenho das atividades do GAMA e o seu registo;
- promove o planeamento e aprova o plano das ações necessárias para garantir que todas as infraestruturas estão e permanecem aptas e disponíveis. Nesse contexto, solicita ao IPMA informação sobre o planeamento da manutenção, nos termos do entendimento sobre as responsabilidades partilhadas, decorrentes do uso das instalações que são propriedade do IPMA;
- acompanha a implementação das atividades planeadas para assegurar que são eficazes e eficientes.

4.2.2. O Chefe da Equipa de Inspeção

O Chefe da Equipa de Inspeção, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 236/2015, os compromissos do Estado Português decorrentes da Convenção de Chicago e dos Tratados da União Europeia, bem como da legislação portuguesa aplicável e dos procedimentos aprovados, é o responsável direto pelos processos de Supervisão e de Administração dos Recursos Humanos da Equipa de Inspeção do GAMA, ainda que algumas atividades possam implicar responsabilidades de outros (Diretor, Chefe da Equipa de Certificação, Auditor Coordenador, Inspetores).

No processo de Gestão, o Chefe da Equipa de Inspeção:

- colabora na definição dos objetivos para a equipa de inspeção, no planeamento das atividades e dos recursos, no estabelecimento das competências necessárias, incluindo o que se refere a necessidades de formação e recrutamento;
- colabora na monitorização do atingimento dos objetivos pela equipa de inspeção, fornecendo a informação necessária e propondo ao Diretor as ações necessárias quando são detetados desvios.

No processo de Certificação, o Chefe da Equipa de Inspeção:

- propõe ao Diretor a nomeação do Chefe e da Equipa de Certificação, do Auditor Coordenador e da Equipa Auditora;
- faz a gestão da execução do plano de ações aprovado;
- colige e arquiva a documentação de todo o processo de certificação.

No processo de Supervisão, o Chefe da Equipa de Inspeção:

- promove a análise de risco das atividades e entidades sob a supervisão do GAMA;
- estabelece as atividades de supervisão, considerando o resultado da análise de risco do ponto de vista da segurança operacional;
- elabora a proposta de planeamento das atividades anuais e revê ou estabelece o planeamento plurianual, que apresenta ao Diretor após consulta aos envolvidos;
- acompanha a implementação do planeamento aprovado;
- analisa os resultados da monitorização contínua e decide sobre a necessidade de atividades não planeadas, propondo a sua realização ao Diretor, se adequado;
- atribui aos Inspetores o seguimento das ações corretivas necessárias para garantia da conformidade continuada das atividades/entidades sob a supervisão do GAMA e, eventualmente, decide da necessidade de realizar atividades não previstas, se adequado;
- propõe ao Diretor suspender ou cancelar as autorizações e certificações concedidas, quando se verificarem situações de incumprimento, que coloquem em causa a segurança operacional, ou sejam suficientemente graves para promoverem uma degradação significativa da qualidade do serviço prestado;
- faz a gestão da informação documentada que resulta das atividades de supervisão.

No processo de Administração dos Recursos Humanos da Equipa de Inspeção, o Chefe da Equipa de Inspeção:

- analisa as competências necessárias e existentes no GAMA, com vista ao cumprimento das atividades planeadas, e propõe ao Diretor a formação ou o recrutamento necessário à sua existência, conforme adequado;
- avalia o desempenho dos Inspetores, no âmbito das atividades de supervisão, recolhendo os elementos necessários à garantia de que os Inspetores são e permanecem competentes;
- promove a manutenção das competências já estabelecidas e a aquisição de novas competências, apresentando o plano anual da formação dos Inspetores e acompanhando a sua implementação eficaz, se necessário reformulando a solução formativa inicialmente definida;
- faz a gestão da documentação que atesta as competências dos Inspetores do GAMA.

No processo de Apoio Administrativo e Jurídico, o Chefe da Equipa de Inspeção:

- apoia as atividades de adequação do quadro legal e regulamentar português às alterações, colaborando na produção das linhas de orientação para os inspetores;
- propõe ao Diretor a instauração dos processos que visem punir ou prevenir a prática de infrações às normas cujo cumprimento está sob supervisão do GAMA.

4.2.3. Os trabalhadores do GAMA com funções inspetivas - Inspetores

Os trabalhadores do GAMA com funções inspetivas (Inspetores), além das obrigações e responsabilidades que decorrem do regime de contrato em funções públicas, são responsáveis por realizar e documentar as atividades de certificação e supervisão do GAMA que lhes forem destinadas pelo Chefe da Equipa de Inspeção, nos termos dos compromissos do Estado Português decorrentes da Convenção de Chicago e dos Tratados da União Europeia, bem como da legislação portuguesa aplicável e dos procedimentos aprovados pelo GAMA.

No processo de Certificação, os Inspetores:

- asseguram que as ações a empreender são conduzidas de acordo com a metodologia comum europeia aplicável;
- realizam diligentemente e com rigor as atividades planeadas, recolhendo e conservando a informação documentada que permita a verificação da conformidade necessária ao processo de certificação;

- garantem a confidencialidade da informação que manuseiam, comprometendo-se com a sua qualidade.

No processo de Supervisão, os Inspetores:

- asseguram que as ações a empreender são conduzidas de acordo com a metodologia comum europeia aplicável;
- participam na análise de risco para estabelecimento das atividades de supervisão, contribuindo com toda a informação recolhida direta ou indiretamente;
- realizam diligentemente e com rigor as atividades planeadas, recolhendo e conservando a informação documentada que garante a conformidade continuada das atividades e entidades que o GAMA supervisiona;
- propõem ao Chefe da Equipa de Inspeção a realização de atividades não planeadas, sempre que a informação de que dispõem possa por em causa a continuidade da segurança operacional;
- acompanham a implementação das medidas corretivas definidas e acordadas com as entidades, verificando a sua eficácia, se necessário propondo novas ações;
- garantem a confidencialidade da informação que manuseiam, comprometendo-se com a sua qualidade.

No processo de Administração dos Recursos Humanos da Equipa de Inspeção, os Inspetores:

- participam na deteção das necessidades de qualificação e de novas competências, propondo eventualmente as ações para as resolver;
- realizam as ações que forem determinadas para a aquisição das competências necessárias e colaboram na avaliação da sua eficácia, com a qual desde logo estão comprometidos;
- conservam os documentos originais que atestam os resultados das ações de qualificação em que participam e facultam as cópias necessárias à demonstração das suas competências;
- comprometem-se com o processo que avalia o seu desempenho técnico, facultando toda a informação que possa ser considerada relevante.

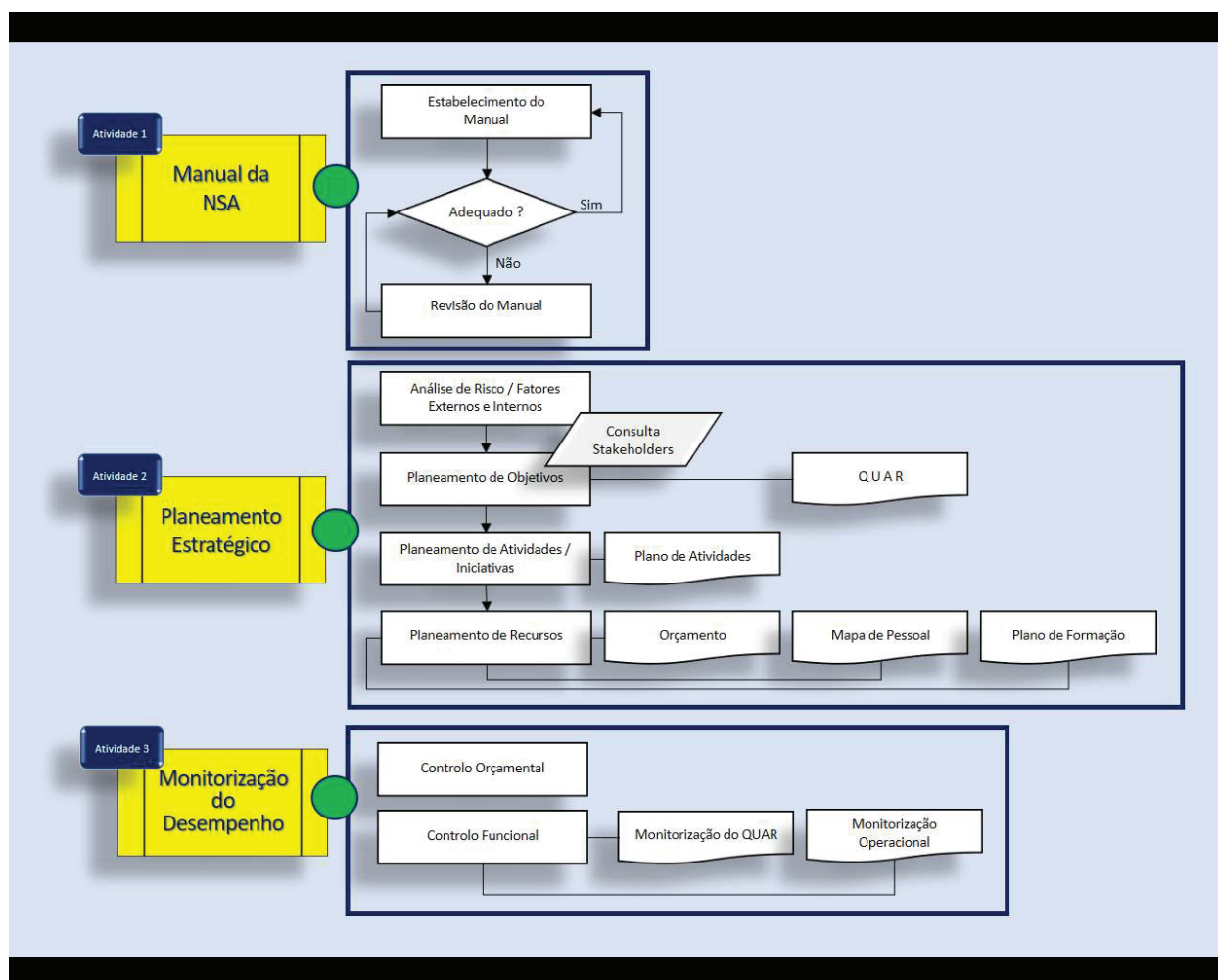
Além destas responsabilidades, quando designados e nomeados como Chefe de Equipa de Certificação, Chefe ou Coordenador da Equipa Auditora, são responsáveis pelo cumprimento do que está estabelecido nos procedimentos do GAMA, nos termos neles estabelecidos.

ANEXO I

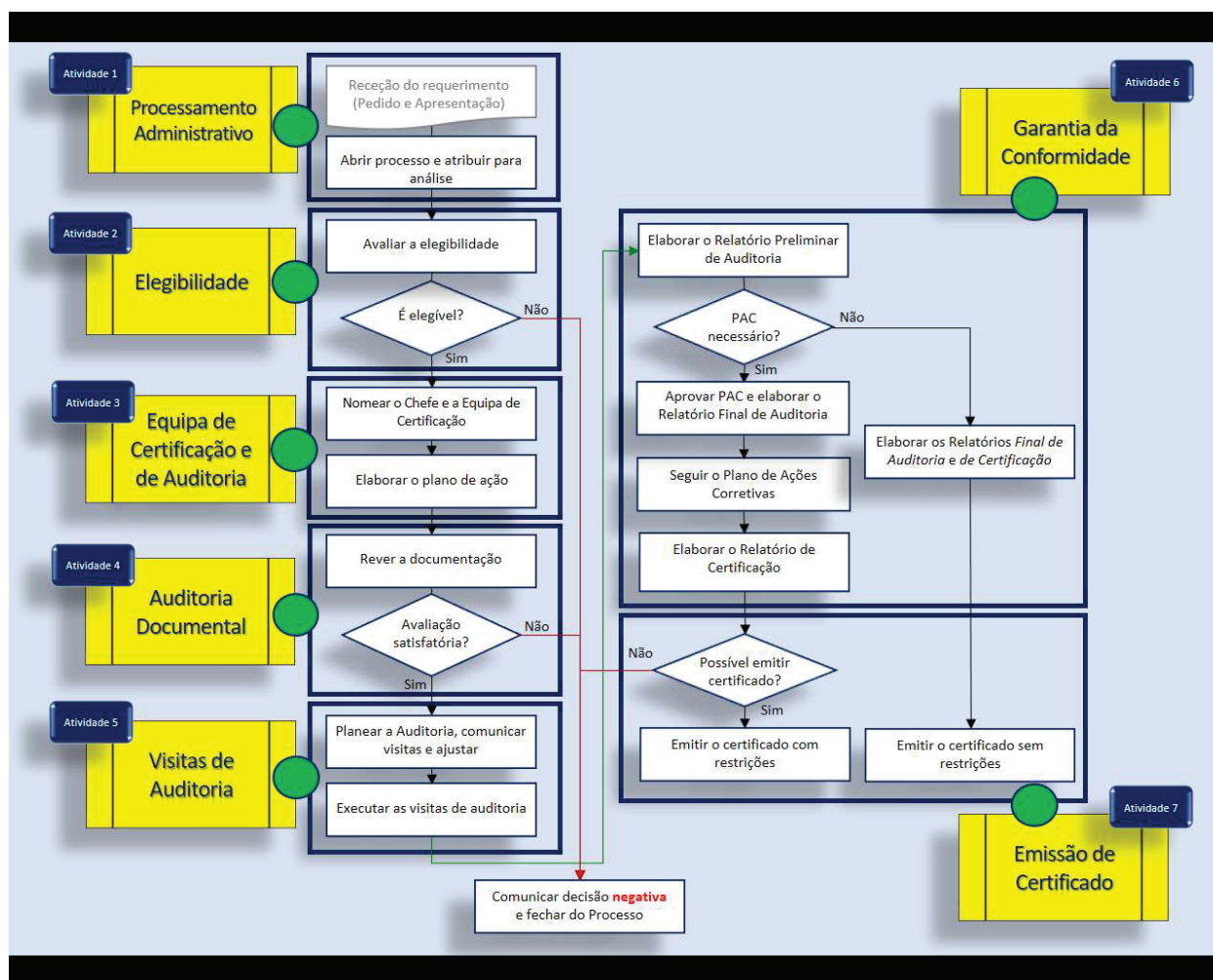
Representação dos processos

(deixada intencionalmente em branco)

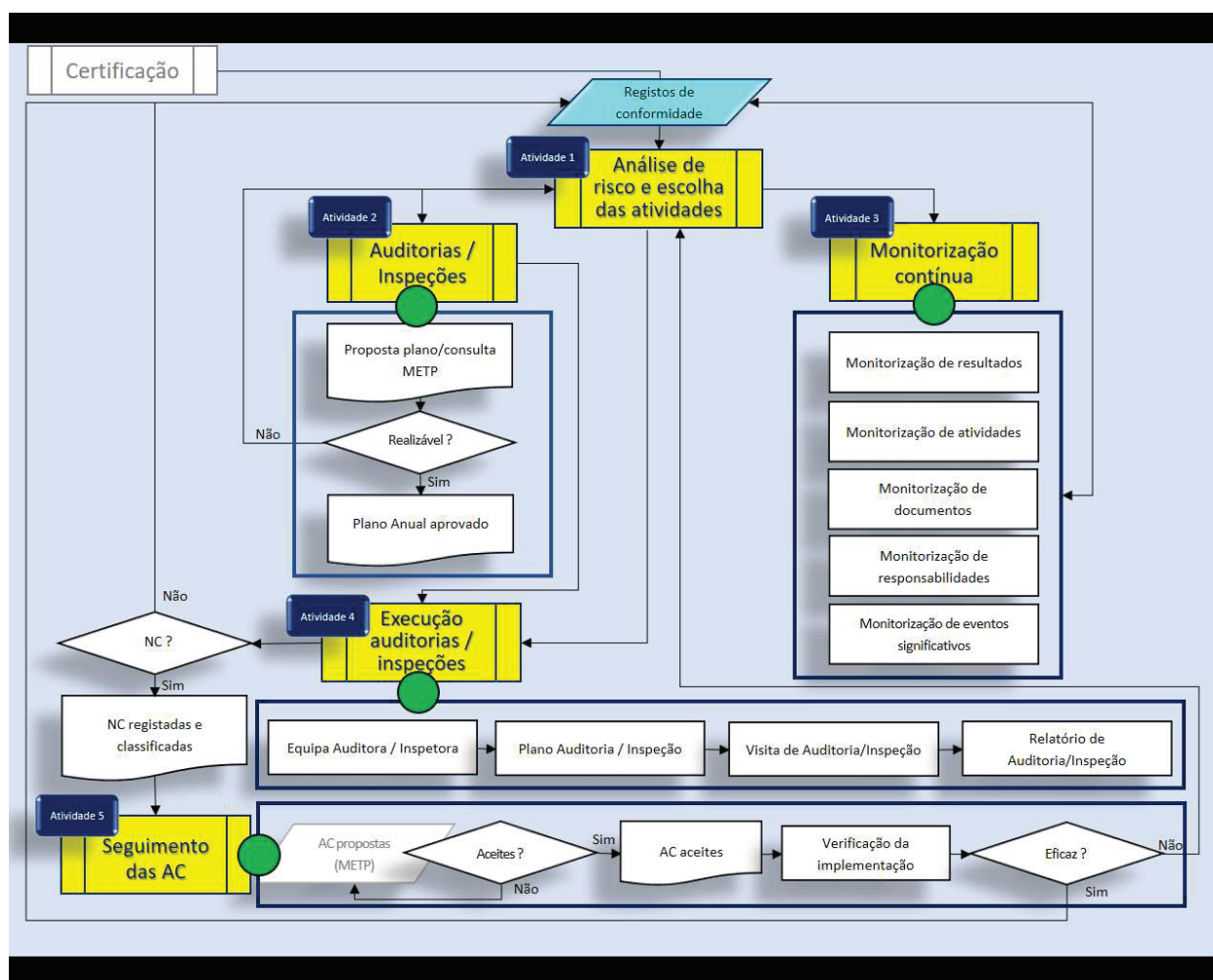
Representação gráfica do Processo de Gestão



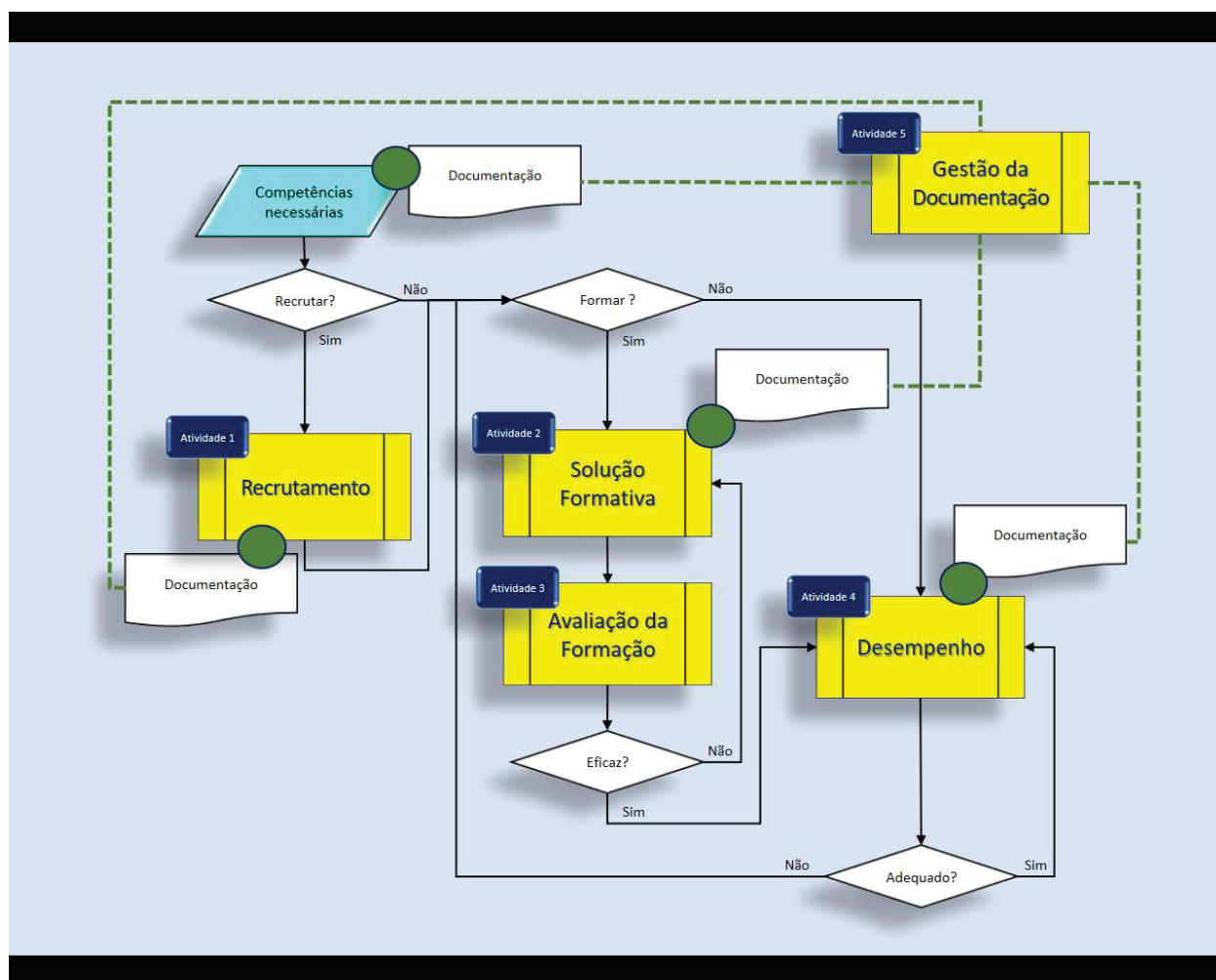
Representação gráfica do Processo de Certificação



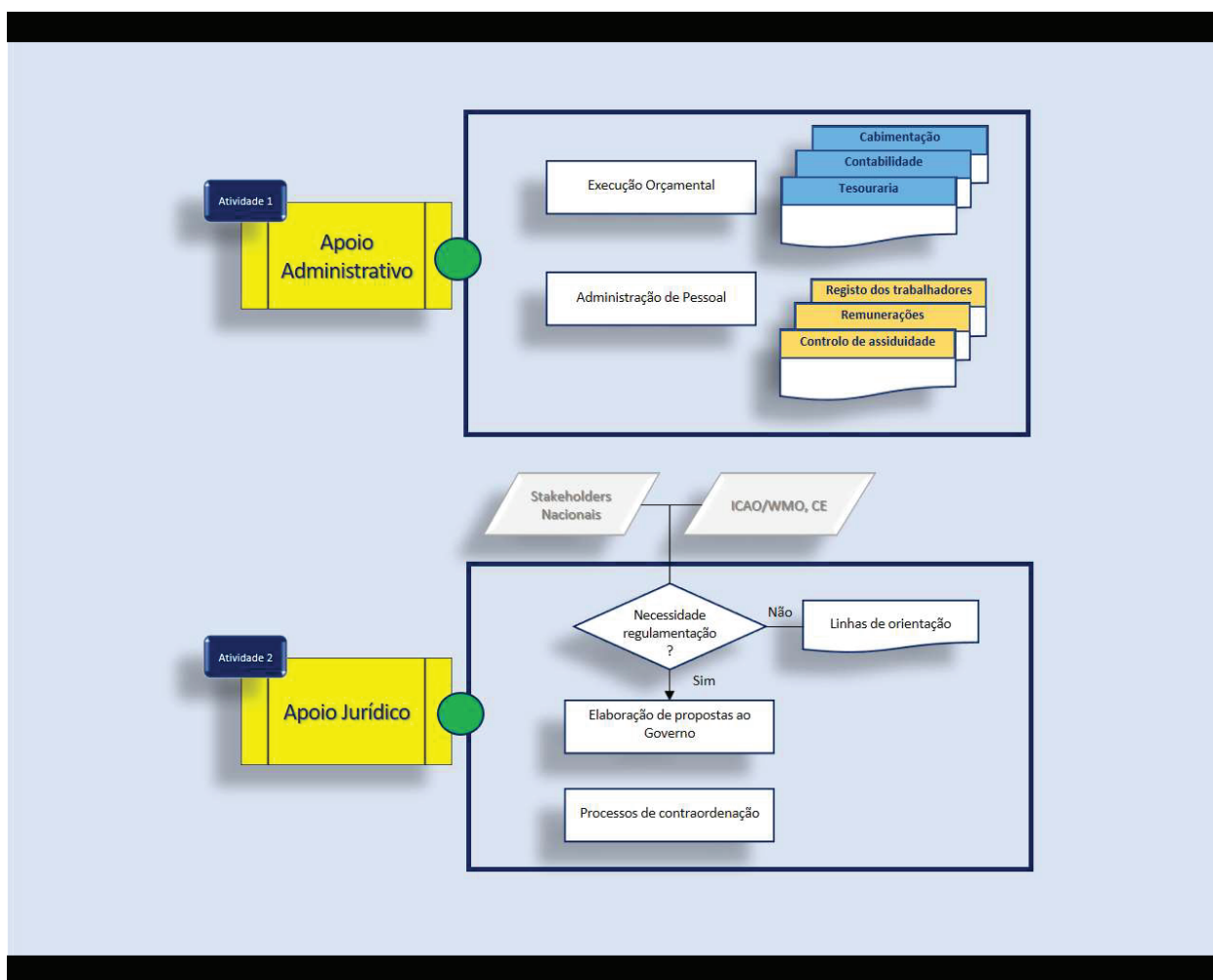
Representação gráfica do Processo de Supervisão



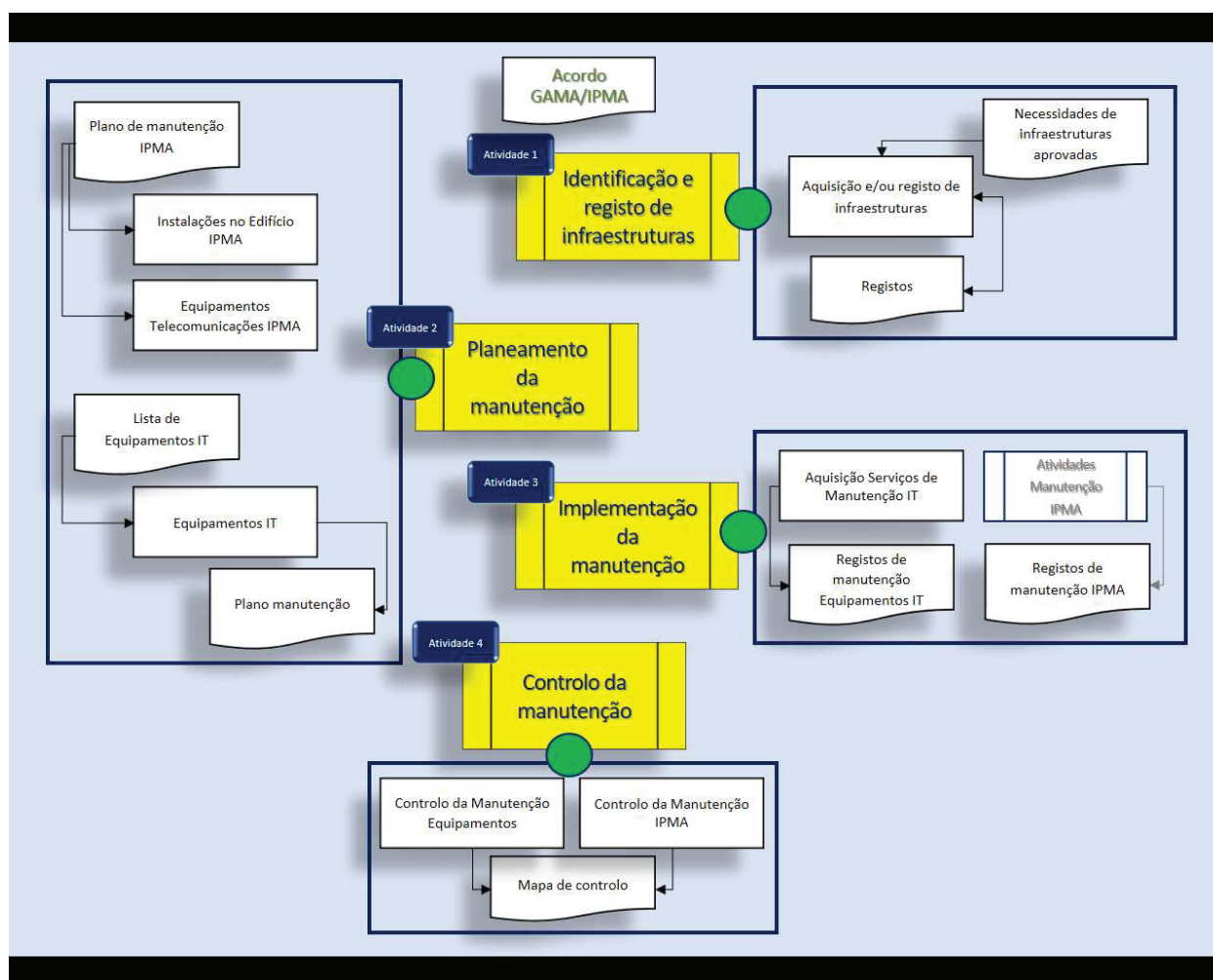
Representação gráfica do Processo de Administração de Recursos Humanos



Representação gráfica do Processo de Apoio Administrativo e Jurídico



Representação gráfica do Processo de Administração de Infraestruturas



ANEXO II

Documentação de referência

(deixada intencionalmente em branco)

Lista da documentação de referência para as atividades do GAMA

International Civil Aviation Organization (ICAO)	
✓	Annex 3 – Meteorological Service for International Air Navigation (International Standards and Recommended Practices - SARP)
✓	<i>Doc 7300 – Convention on International Civil Aviation</i>
✓	<i>Doc 7475 – Working Arrangements between the International Civil Aviation Organization and the World Meteorological Organization</i>
✓	<i>Doc 7030 – Regional Supplementary Procedures</i>
✓	Air Navigation Plans (ANPs)/Facilities and Services Implementation Documents (FASIDs)
○	<i>Doc 7754 – European Region:</i>
▪	<i>Volume I – Basic ANP</i>
▪	<i>Volume II – FASID</i>
○	<i>Doc 9634 – North Atlantic Region</i>
○	<i>Doc 9635 – Facilities and Services Implementation Document (FASID) – North Atlantic Region</i>
✓	Guias Regionais
○	<i>EUR Doc 014 – EUR SIGMET and AIRMET Guide</i>
○	<i>EUR Doc 018 – EUR OPMET Data Management Handbook</i>
○	<i>EUR Doc 033 – Concept of Operations for the Transition of OPMET Data Exchange using IWXXM</i>
✓	Documentos IAVW
○	<i>Doc 9691 – Manual on Volcanic Ash, Radioactive Material and Toxic Chemical Clouds</i>
○	<i>Doc 9766 – Handbook on the International Airways Volcano Watch (IAVW) – Operational Procedures and Contact List</i>
✓	Outros documentos ICAO
○	<i>Annex 10 – Aeronautical Telecommunications, Volume II – Communication Procedures including those with PANS status</i>
○	<i>Annex 11 – Air Traffic Services</i>
○	<i>Annex 14 – Aerodromes</i>

▪ Volume I – Aerodrome Design and Operations
▪ Volume II – Heliports
○ Annex 15 – Aeronautical Information Services
○ Annex 19 – Safety Management
○ Doc 4444 – Procedures for Air Navigation Services – Air Traffic Management (PANS-ATM)
○ Doc 8896 – Manual of Aeronautical Meteorological Practice
○ Doc 9328 – Manual of Runway Visual Range Observing and Reporting Practices
○ Doc 9377 – Manual on Coordination between Air Traffic Services, Aeronautical Information Services and Aeronautical Meteorological Services
○ Doc 9683 – Human Factors Training Manual
○ Doc 9774 – Manual on Certification of Aerodromes_2001
○ Doc 9817 – Manual on Low-level Wind Shear
○ Doc 9837 – Manual on Automatic Meteorological Observing Systems at Aerodromes
World Meteorological Organisation (WMO)
✓ WMO-No. 49 – Technical Regulations
✓ WMO-No. 306 – Manual on Codes
✓ WMO-No. 386 – Manual on the Global Telecommunication System
✓ WMO-No. 485 – Manual on the Global Data-processing and Forecasting System
✓ WMO-No. 8 – Guide to Meteorological Instruments and Methods of Observation
✓ WMO-No. 904 – Guide to Aeronautical Meteorological Services Cost Recovery
✓ WMO-No. 1001 – Guide to the Quality Management System for the Provision of Meteorological Service for International Air Navigation
✓ WMO-No. 1083 – Manual on the Implementation of Education and Training Standards in Meteorology and Hydrology
○ WMO-No. 258 – Supplement No. 1 – Training and Qualification Requirements for Aeronautical Meteorological Personnel
Legislação da União Europeia
✓ REGULAMENTO (CE) N.º 549/2004 (+ 1070/2009) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 10 de março de 2004, que estabelece o quadro para a realização do céu único europeu

✓ REGULAMENTO (CE) N.º 550/2004 (+ 1070/2009) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 10 de março de 2004, relativo à prestação de serviços de navegação aérea no céu único europeu
✓ REGULAMENTO (CE) N.º 551/2004 (+1070/2009) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 10 de março de 2004, relativo à organização e utilização do espaço aéreo no céu único europeu
✓ REGULAMENTO (CE) N.º 552/2004 (+1070/2009) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 10 de março de 2004, relativo à interoperabilidade da rede europeia de gestão do tráfego aéreo
✓ REGULAMENTO (CE) N.º 216/2008(+ 1108/2009 + 690/2009 + 6/2013 + 2016/4) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 20 de fevereiro de 2008, relativo a regras comuns no domínio da aviação civil e que cria a Agência Europeia para a Segurança da Aviação
✓ REGULAMENTO (CE) N.º 482/2008 DA COMISSÃO, de 30 de maio de 2008, que estabelece um sistema de garantia de segurança do software, a aplicar pelos prestadores de serviços de navegação aérea
✓ REGULAMENTO (UE) N.º 73/2010 (+1029/2014) DA COMISSÃO, de 26 de janeiro de 2010, que estabelece os requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu
✓ REGULAMENTO (UE) N.º 176/2011 DA COMISSÃO, de 24 de fevereiro de 2011, relativo às informações a fornecer antes da criação e da modificação de um bloco funcional de espaço aéreo
✓ REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 1034/2011 DA COMISSÃO, de 17 de outubro de 2011, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea
✓ REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 1035/2011 (+ 448/2014) DA COMISSÃO, de 17 de outubro de 2011, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea
✓ REGULAMENTO (UE) N.º 965/2012 (+ 379/2014 + 2017/363) DA COMISSÃO, de 5 de outubro de 2012, que estabelece os requisitos técnicos e os procedimentos administrativos para as operações aéreas, em conformidade com o Regulamento (CE) N.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho
✓ REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 390/2013 DA COMISSÃO, de 3 de maio de 2013, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede
✓ REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 391/2013 DA COMISSÃO, de 3 de maio de 2013, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea
✓ REGULAMENTO (UE) N.º 139/2014 DA COMISSÃO, de 12 de fevereiro de 2014, que estabelece requisitos e procedimentos administrativos relativos aos aeródromos em conformidade com o Regulamento (CE) N.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho
✓ REGULAMENTO (UE) N.º 376/2014 (+ 2015/1018) DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 3 de abril de 2014, relativo à comunicação, à análise e ao seguimento de ocorrências na aviação civil
✓ REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/373 DA COMISSÃO, de 1 de março de 2017, que estabelece requisitos comuns para os prestadores de serviços de gestão do tráfego aéreo/de navegação aérea e de outras funções de rede da gestão do tráfego aéreo e respetiva supervisão

Documentação Nacional

✓ Normas ISO:

- NP EN ISO 19011:2012 - Linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão
- NP EN ISO 9000:2015 - Sistemas de gestão da qualidade. Fundamentos e vocabulário
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade. Requisitos
- NP EN ISO 10012:2005 - Sistemas de gestão da medição. Requisitos para processos de medição e equipamento de medição

✓ Legislação:

- Geral
 - Lei n.º 35/2014
 - Decreto-Lei n.º 186/2007 alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2010
- GAMA
 - Decreto-Lei n.º 236/2015
 - Portaria n.º 109/2017
- IPMA
 - Portaria n.º 109/2017
 - Decreto-Lei n.º 68/2012 alterado pelo Decreto Lei n.º 236/2015
 - Portaria n.º 304/2012
 - Decreto-Lei n.º 553/99
- Outras Autoridades
 - Lei n.º 28/2013
 - Lei n.º 67/2013
 - Decreto-Lei n.º 40/2015

ANEXO III

Acrónimos, siglas e endereços na internet

(deixada intencionalmente em branco)

Acrónimos, siglas utilizadas e endereços na internet

AAN	Autoridade Aeronáutica Nacional http://www.aan.pt/
AFIS	<i>Aerodrome Flight Information Service</i> – Serviço de Informação de Voo de Aeródromo
AIS	<i>Aeronautical Information Services</i> – Serviços de Informação Aeronáutica
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil http://www.anac.pt/
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações https://www.anacom.pt/
ANS	<i>Air Navigation Services</i> – Serviços de Navegação Aérea
ANSP	<i>Air Navigation Services Providers</i> – Prestadores de Serviços de Navegação Aérea
ATM	<i>Air Traffic Management</i> – Gestão de Tráfego Aéreo
CNS	<i>Communications, Navigation and Surveillance</i> – Comunicações, Navegação e Vigilância
DGPM	Direção-Geral de Política do Mar https://www.dgpm.mm.gov.pt/
EASA	<i>European Aviation Safety Agency</i> – Agência Europeia para a Segurança da Aviação https://www.easa.europa.eu/
EUROCONTROL	Organização intergovernamental comprometida com a realização do SES e com intervenção relevante ao nível da gestão de rede de tráfego aéreo europeu https://www.eurocontrol.int/
FAB	<i>Functional Airspace Block</i> – Bloco Funcional de Espaço Aéreo
FAP	Força Aérea Portuguesa http://www.emfa.pt/
GAMA	Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica http://www.gama.mm.gov.pt/
GPIAFF	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários http://www.gpiaa.gov.pt/

ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i> – Organização de Aviação Civil Internacional https://www.icao.int/
IM	Instituto de Meteorologia
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera https://www.ipma.pt/
METP	<i>Meteorological Service Provider</i> – Prestador de Serviços Meteorológicos à Navegação Aérea
NSA	<i>National Supervisory Authority</i> – Autoridade Supervisora Nacional
NSA-MET	<i>National Supervisory Authority for Meteorological Service</i> – Autoridade Supervisora Nacional para o Serviço Meteorológico
OB	<i>Operational Board</i> – Conselho Operacional
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
SAC	<i>Supervisory Authority Committee</i> – Comité de Autoridades Supervisoras
SES	<i>Single European Sky</i> – Céu Único Europeu
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SSP	<i>State Safety Program</i> – Programa Nacional de Segurança Operacional
SW FAB	<i>South-West FAB</i> – FAB do Sudoeste http://www.swfab.eu/
WMO	<i>World Meteorological Organization</i> – Organização Meteorológica Mundial https://www.wmo.int/